



Prefeitura de
Fortaleza

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	
PROTOCOLO	Nº 743
DATA:	24 / 05 / 2006
HORA:	17:40
Assinatura	



MENSAGEM N. 010/06, de 24 de Maio de 2006

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter à apreciação desta Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei que reajusta as tabelas de vencimento base dos servidores públicos municipais, para o exercício de 2006.

Lembramos que, além do aumento de 10% linear inserido no vencimento base de todos os servidores públicos no ano passado mantivemos o abono concedido no final da gestão anterior. Este ano fizemos a opção por um aumento não linear, através de abonos diferenciados e ampliados para níveis não contemplados anteriormente, buscando uma maior equidade para a remuneração dos servidores.

Parte significativa do forte crescimento vegetativo verificado na folha de pagamento nos últimos dezesseis meses deveu-se à concessão, já em nossa gestão, de direitos represados dos servidores públicos que há muito não eram analisados e deferidos: reduções de carga horária, ascensões funcionais, insalubridades, concessões de aditivos, gratificações, incorporações, entre outros. Desse modo, somente a implementação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários é que nos permitirá equacionar os problemas relativos ao crescimento vegetativo da folha e as distorções dos níveis salariais.

É importante ressaltar a estrutura complexa da folha de pagamento e o desnível salarial formatado ainda no Plano de Cargos e Carreiras (PCC) de 1992. A Tabela de Vencimentos é composta de oitenta e oito (88) níveis salariais: 11 números e oito letras, variando assim do nível 1A ao 11H, facilmente identificado no contracheque de cada servidor. A diferença entre o nível 1A e o nível 11H da Tabela, que resume o referido PCC, é de 460,03%, ou seja, um reajuste linear incidindo nestes valores não trará uma distribuição mais justa dos salários.

A proposta ora apresentada, caso aprovada, irá garantir um ganho real de remuneração (aumento) à maioria dos 35 mil servidores (ativos e inativos). Para cerca de 75% dos servidores (aqueles com menores salários), haverá um ganho real de remuneração médio de aproximadamente 9%, variando de 3,63% até 17,43%. O ganho é

Assinatura

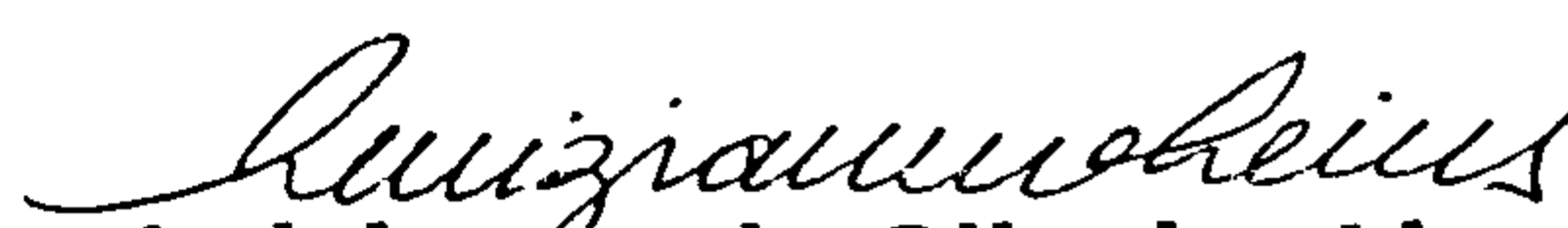
retroativo a primeiro de maio e tem por critério conceder um maior aumento para os níveis salariais mais baixos. A ampliação e diferenciação do abono são os instrumentos utilizados para que a média dos aumentos atinja 9%. Cargos comissionados e gratificação de representação terão somente um aumento linear de 3,63%.

A inflação, no período que compreende a data base, foi de 5,23% em 2005 e de 3,34% em 2006 - isto resulta num acumulado de 8,76%. Portanto, o reajuste de 10,0% linear, direto no vencimento básico, em 2005 e de 9,0% em média em 2006, resulta num ganho real de mais de 11% acima da inflação acumulada no período.

Nesse sentido, respeitando o limite de gastos com pessoal que nos é imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal e dentro da capacidade orçamentária e financeira do Município de Fortaleza, este é o aumento possível de ser concedido, neste momento.

Certa de contar com a consideração de V. Ex.^a e de seus pares, solicito a tramitação do Projeto e aprovação deste, em regime de urgência.

Atenciosamente,



Luizianne de Oliveira Lins

Prefeita Municipal



PROJETO DE LEI N. 0220/06 , DE 24 DE MAIO DE 2006.

Reajusta os valores das tabelas de vencimento-base dos servidores públicos municipais enquadrados nos planos de cargos e carreiras, na forma que indica e dá outras providências.

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2006, os valores constantes na tabela de vencimento-base dos servidores públicos municipais, instituída pela Lei Municipal nº. 7.141, de 29 de maio de 1992, pela Lei Complementar Municipal nº 001, de 13 de setembro de 1990, e pela Lei Municipal nº. 7.759, de 24 de junho de 1995 com as suas alterações posteriores, ficam reajustados em 3,63% (três pontos e sessenta e três centésimos por cento) sobre os valores vigentes em 30 de abril de 2006 e passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III, sem prejuízo do abono concedido no artigo 3º desta Lei.


Parágrafo Único - São extensivos aos inativos e pensionistas do Instituto de Previdência do Município (IPM) os benefícios desta Lei.

Art. 2º As disposições desta Lei são extensivas aos vencimentos dos cargos comissionados e à gratificação de representação atribuída aos servidores que exercem cargos de provimento em comissão, nos termos do Anexo IV desta Lei.

Art. 3º Fica concedido abono vencimental de acordo com a tabela de vencimentos-base, cujo valor não se incorpora ao vencimento-base para qualquer finalidade, garantindo que a média dos aumentos atinja 9%, variando de 3,63% até 17,43%:

I - de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) para os servidores enquadrados nos níveis 1A, 1B, 1C, 1D, 1E, 1F, 1G e 1H;

II - de R\$ 104,00 reais (cento e quatro reais) para os servidores enquadrados nos níveis 2A, 2B, 2C, 2D, 2E, 2F, 2G e 2H;



III – de R\$ 73,00 (setenta e três reais) para os servidores enquadrados nos níveis 3A, 3B, 3C, 3D, 3E, 3F, 3G e 3H;

IV – de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para os servidores enquadrados nos níveis 4A, 4B, 4C, 4D, 4E, 4F, 4G, 4H e 5A;

V – de R\$ 87,85 (oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para os servidores enquadrados no nível 5B;

VI – de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para os servidores dos cargos do grupo Magistério enquadrados em níveis não contemplados nos incisos anteriores.

Parágrafo único - Não fazem jus ao referido abono vencimental os servidores municipais que percebam complementação remuneratória judicial superior ao valor do abono de seus respectivos níveis.

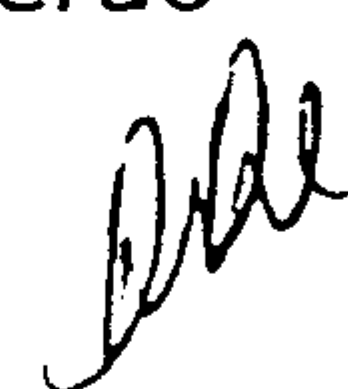
Art. 4º Os professores lotados em unidades da rede pública municipal de educação - enquanto permanecerem em efetiva presença nas salas de aula - e os demais servidores dos cargos do grupo Magistério, contemplados pelo art. 3º da presente Lei, terão o valor do abono vencimental calculado de forma proporcional às horas de suas respectivas jornadas mensais de trabalho.

Parágrafo 1º - Para fins de cálculo do abono, os valores do art. 3º referem-se a uma jornada mensal de 100 (cem) horas.

Parágrafo 2º - Para o cálculo do abono a que se refere o *caput* deste artigo, a Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social (SEDAS) fará publicar mensalmente listagem com os nomes dos beneficiários do referido abono dando ampla divulgação a implementação da medida.

Art. 5º As disposições desta Lei não se aplicam aos servidores do Frigorífico Industrial de Fortaleza S.A. (FRIFORT), da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB), da Companhia de Transporte Coletivo (CTC) e da Empresa de Trânsito e Transporte Urbano S.A. (ETTUSA).

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correm à conta das disposições orçamentárias próprias de cada órgão que serão suplementadas em caso de insuficiência de recursos.





Prefeitura de
Fortaleza



Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o art. 3º da Lei nº 8.941, de 09 de junho de 2005.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto aos seus efeitos financeiros, que retroagirão a 1º de maio de 2006.

Paço da Prefeitura Municipal de Fortaleza em _____ de
maio de 2006.

ANEXO I
TABELA DE VENCIMENTO-BASE

Planos Municipais de Cargos e Carreiras (PMCC), instituído pela Lei Municipal Nº 7.141, de 29 de maio de 1992, e referências equivalentes do Plano de Cargos e Carreiras da Saúde (PCCS), instituído pela Lei Municipal Nº 7.759, de 24 de junho de 1995.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	185,39	189,10	192,88	196,74	200,67	204,69	208,78	212,95
2	217,22	221,56	225,99	230,51	235,12	239,83	244,63	249,52
3	254,52	259,71	264,79	270,09	275,50	281,00	286,62	292,36
4	298,21	304,16	310,25	316,45	322,79	329,23	335,82	342,54
5	349,39	356,37	363,50	370,78	378,20	385,76	393,49	401,35
6	409,37	417,56	425,91	434,43	443,11	451,97	461,01	470,23
7	479,65	489,24	499,02	509,00	519,18	529,57	540,16	550,96
8	561,98	573,23	584,69	596,39	608,31	620,47	632,89	645,54
9	658,45	671,63	685,05	698,75	712,73	726,97	741,51	756,34
10	771,47	786,90	802,65	818,70	835,07	851,77	868,80	886,17
11	903,89	921,98	940,42	959,23	978,41	997,99	1.017,95	1.038,31



ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTO-BASE

Quadro de Procuradores da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza, instituído pela Lei Complementar Municipal Nº. 001, de 13 de setembro de 1990.

NÍVEL	VENCIMENTO
1	753,57
2	791,24
3	830,80
4	872,35
5	915,95
6	961,76
7	1009,85
8	1060,34
9	1113,36
10	1169,02
11	1227,48
12	1288,85
13	1353,29
14	1420,95
15	1492,01





ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTO-BASE

NÍVEL	VENCIMENTO
9 F	726,97
9 G	741,51
9 H	756,34
10 A	771,47
10 B	786,90
10 C	802,65
10 D	818,70
10 E	835,07
10 F	851,77
10 G	868,80
10 H	886,17
11 A	903,89
11 B	921,98
11 C	940,42
11 D	959,23
11 E	978,41
11 F	997,99
11 G	1.017,95
11 H	1.038,31

[Handwritten signature]



ANEXO IV

SIMBOLO	VALOR
Gratificação Representação	2205,00
DNS01	1874,24
DNS02	1587,58
DNS03	1411,19
	-
DAS01	1058,39
DAS02	793,75
DAS03	617,39
	-
DNI01	441,01
DNI02	352,79
DNI03	264,59
	-
VCC	324,69

DM